

Porto Guará Infraestrutura SPE S.A.

Demonstraes financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

Porto Guará Infraestrutura SPE S.A.

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Porto Guará Infraestrutura SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Porto Guará Infraestrutura SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 15 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052082/O

Porto Guará Infraestrutura SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	671	3.069
Impostos a recuperar		49	58
Outros créditos		4	73
		<u>724</u>	<u>3.200</u>
Não circulante			
Propriedades para investimento	9	10.931	10.931
Imobilizado	10	30	37
		<u>10.961</u>	<u>10.968</u>
Total do ativo		<u><u>11.685</u></u>	<u><u>14.168</u></u>
Passivo e patrimnio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	11	24	44
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	60	97
Obrigações tributárias	13	68	61
		<u>152</u>	<u>202</u>
Patrimnio líquido			
Capital social	16	40.931	37.931
Prejuízos acumulados		<u>(29.398)</u>	<u>(23.965)</u>
		<u>11.533</u>	<u>13.966</u>
Total do passivo e patrimnio líquido		<u><u>11.685</u></u>	<u><u>14.168</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Guará Infraestrutura SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de pesquisa com projeto	17	(4.859)	(5.176)
Despesas comerciais	17	(592)	(515)
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(216)</u>	<u>(607)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		<u>(5.667)</u>	<u>(6.298)</u>
Receitas financeiras	18	237	245
Despesas financeiras	18	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>234</u>	<u>242</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(5.433)</u></u>	<u><u>(6.056)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Guará Infraestrutura SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Prejuízo do exercício
Outros resultados abrangentes

Resultado abrangente total

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Guará Infraestrutura SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimnio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>31.131</u>	<u>(17.909)</u>	<u>13.222</u>
Subscrição de capital	16.a	6.800	-	6.800
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(6.056)</u>	<u>(6.056)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>37.931</u>	<u>(23.965)</u>	<u>13.966</u>
Subscrição de capital	16.a	6.000	-	6.000
Capital a Integralizar	16.b	(3.000)	-	(3.000)
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(5.433)</u>	<u>(5.433)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>40.931</u>	<u>(29.398)</u>	<u>11.533</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Guará Infraestrutura SPE S.A.

Demonstraes dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(5.433)	(6.056)
Ajustes para:			
Deprecia e amortiza	10	6	4
Prejuízo ajustado		(5.427)	(6.052)
Variações nos ativos e passivos:			
Impostos a recuperar		8	(13)
Outros créditos		70	(70)
Imobilizado	10	-	(22)
Fornecedores	11	(20)	34
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	(37)	43
Obrigações tributárias	13	8	5
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		<u>(5.398)</u>	<u>(6.075)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Integraliza capital social	16.a	3.000	6.800
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.000</u>	<u>6.800</u>
Aumento (redu) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.398)</u>	<u>725</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.069	2.344
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	<u>671</u>	<u>3.069</u>
Aumento (redu) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.398)</u>	<u>725</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Porto Guará Infraestrutura SPE S.A. (“Porto Guará” ou “Companhia”), constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Curitiba, na Avenida Iguaçu, nº 2820, Estado do Paraná, iniciou suas atividades em 26 de dezembro de 2018 e tem como objetivo social as atividades de gestão, desenvolvimento e exploração de projetos de infraestrutura portuária para implementação de um Terminal de Uso Privativo – TUP, no município de Paranaguá, Estado do Paraná.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e para que possa dar inícios às suas operações, depende da obtenção de anuências dos órgãos competentes necessárias para viabilidade do projeto.

Dessa forma, o início das operações da Companhia e a sua continuidade estão condicionadas ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças ambientais (prévia e de instalação) para viabilidade do projeto portuário, a serem emitidas pelos órgãos competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação. Em razão dessa condição, a continuidade do projeto depende do suporte financeiro dos acionistas da Companhia sob a forma de capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia a fim de garantir a viabilidade dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações.

O Porto Guará Infraestrutura SPE S.A. se apresenta como alternativa locacional para solucionar os principais problemas dos principais portos brasileiros, em especial os portos que atendem a região centro-sul, pois em virtude da sua localização geográfica, tem condições de apresentar soluções técnicas para problemas atualmente existentes nos portos de Paranaguá/PR, Antonina/PR, Santos/SP e São Francisco do Sul/SC.

O empreendimento está alocado numa área de aproximadamente 200 hectares. Dentre os produtos previstos para movimentação de mercadorias, considerou-se:

- Granéis sólidos para exportação (e.g. soja, milho, farelo e açúcar);
- Granéis sólidos de importação (e.g. fertilizantes, cevada e malte);
- Granéis líquidos de importação e exportação (e.g. combustíveis);
- Carga geral - containers de importação e exportação.

- O complexo portuário é composto por 7 (sete) berços de atracação, 2 (duas) pontes de acesso e retroárea dividida em 5 (cinco) terminais de granéis sólidos exportação, 1 (um) terminal de granel sólido importação, 1 (um) terminal de granéis líquidos, 1 (um) terminal de contêineres e áreas comuns compartilhadas como pátio de triagem, rodovias e ferrovias internas e edificações gerais de apoio.

Um empreendimento desse porte necessita obter uma série de autorizações dos órgãos federais, estaduais e municipais para o cumprimento das exigências legais e institucionais. Desde o início das atividades, a Companhia já obteve as seguintes autorizações/anuências para o projeto, são elas:

- Manifestação da autoridade portuária da Administração dos Portos de Paranaguá/PR e Antonina/PR, que o empreendimento está de acordo com o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto organizado, em 1 de fevereiro de 2019.
- Protocolo de intenções com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Infraestrutura e Logística – SEIL, para a realização de estudos e projetos para os acessos rodoferroviários, em 16 de maio de 2019;
- Anuência da Copel para uma nova unidade consumidora de grande porte, em 31 de julho de 2019;
- Anuência da Transpetro sobre o projeto apresentado, o qual não ocasionará interferência nas faixas de dutos existentes, em 27 de junho de 2019;
- Parecer provisório da Marinha do Brasil para a construção do terminal portuário, em 24 de julho de 2019;
- Parecer prévio da Receita Federal do Brasil para a construção do terminal portuário, em 06 de novembro de 2019;
- Emissão do termo de referência pelo IBAMA, para os estudos de impacto e relatório ambiental - EIA- RIMA do empreendimento, em 2 de dezembro de 2019;
- Aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do projeto terrestre e subaquático, em 23 de dezembro de 2019, no âmbito da licença prévia e licença de instalação;
- Certidão de zoneamento, uso e ocupação do solo, emitida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá/PR, em 8 de abril de 2019;
- Declaração de adequação do empreendimento à política portuária nacional, emitida pela Secretaria de Portos da Presidência da República (Poder Concedente), em 08 de julho de 2020;
- Emissão da autorização de captura, coleta e transporte de material biológico – ABIO nº 1304/2020, pelo IBAMA, em 27 de julho de 2020;
- Emissão do extrato de habilitação do projeto para construção e exploração de terminal de uso privado (processo nº 50300.004329/2020-95), pela ANTAQ, em 9 de março de 2021;
- Aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do projeto de acesso ferroviário à zona de interesse para expansão portuária, no município de Paranaguá - Paraná, em 20 de abril de 2021, no âmbito da licença prévia e licença de instalação.

- Aprovação do Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do projeto de acesso rodoviário  zona de interesse para expansão portuária, no município de Paranaguá – Paraná, em 26 de maio de 2021, no âmbito da licença prévia e licença de instalação.
- Certidão de zoneamento, uso e ocupação do solo n07/2021, emitida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá/PR, em 28/07/2021, onde extingue a atividade de extração mineral.
- Declaração de Regularidade de Utilização de Imóvel da União e Disponibilidade de Espaço Físico em guas Públicas, emitido pela Superintendência do Patrimnio da União – SPU, em 23 de julho de 2021;
- A Secretaria de Administração e Previdência – SEAP - PR, com base nos fundamentos do Decreto Estadual n2548/2019, aceita a Doação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econmica e Ambiental – EVTEA para a implantação dos Acessos Rodoviários e Ferroviários na área de Expansão Portuária – ZIEP, localizada em Parnaguá, publicado do Diário Oficial do Estado do Paraná – Edição n10986, de 28 de julho de 2021;
- Parecer Definitivo de Obra n20-004/2021, emitido pela Marinha do Brasil – Capitania dos Portos do Paraná, em 10 de setembro de 2021;
- A ANTAQ reconhece a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério da Infraestrutura, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa Porto Guará, com vistas a obter a autorização para construção e exploração de um Terminal de Uso Privativo (TUP), em Paranaguá – PR, através do Acórdão n496-ANTAQ, em 9 de setembro de 2021;
- Manifestação da Paranaguá Saneamento, concessionário do serviço público municipal, em Paranaguá – PR, informa o deferimento do pedido de viabilidade para abastecimento de água e esgotamento sanitário do empreendimento Terminal Portuário de Uso Privado – TUP – Porto Guará, a ser implantando em Paranaguá – PR, através do Ofício n699/2021, em 17 de setembro de 2021;
- Autorização de Ingresso em Terra Indígena, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – Fundação Nacional do ndio (Processo n08620.012848/2019-12), em 15 de fevereiro de 2022;
- Contrato de Adesão com a União, por intermédio do Ministério de Infraestrutura, com a intervenncia da ANTAQ – autorização, pelo PODER CONCEDENTE, para exploração, pela AUTORIZATRIA, de instalação portuária denominada Porto Guará, na modalidade de Terminal de Uso Privado – TUP Contrato de Adesão n06/2022 – Processo MINFRA n. 50000.071854/2019-67, de 31 de outubro de 2022;
- Publicação no DOU em 28/06/2022 – CA n06/22 – MINFRA.
- Declaração de Utilidade Pública – DUP – despacho de concordância - ANTAQ para fins de supressão de vegetação e intervenção em área de proteção permanente do empreendimento de interesse nacional, essencial à infraestrutura portuária, conforme Portaria n275, de 6 de julho, de 2023 – Ministério de Portos e Aeroportos.
- O IBAMA, por meio do Edital n25/2022 tornou público que recebeu e aceitou para avaliação o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) relativo ao Porto Guará, em 14/09/2022.

- Termo de Anuência Prévia – TAP – Prefeitura Municipal de Paranaguá – verificação da viabilidade locacional do empreendimento e da atividade requerida e regularidade ambiental – Processo nº22179/2019, de 22 de outubro de 2022.
- Acórdão nº18/2023-ANTAQ – reconhecimento da possibilidade de emissão, no dia 25 de janeiro de 2023, da Declaração de Utilidade Pública – DUP, para a implantação do terminal portuário de uso privativo Porto Guará, na cidade de Paranaguá – Processo nº50300.004329/2020-95.
- Realização da Audiência Pública – IBAMA – Ata Sumária – 01/03/2023 - relativas ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento Porto Guará, realizada pelo IBAMA, no dia 01/03/2023, declarando-se válida – Processo IBAMA nº02001.00037/2019-01.
- Contrato de Adesão com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – autorização para exploração da Ferrovia, pela AUTORIZATÁRIA, em regime privado, localizada no traçado do projeto do Porto Guará Infraestrutura SPE S/A, de 20 de abril de 2024.
- Publicação DOU – Poligonal do Porto de Paranaguá – Portaria 65, de 13/04/23.
- Declaração de Utilidade Pública – DUP – publicação DOU – Portaria nº275, de 6/07/2023.
- Análise do Componente Indígena do Estudo de Impacto, encaminhado à FUNAI, considerando estar apto para apresentação às comunidades, conforme Informação Técnica nº 189/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI, de 23 de novembro de 2022.
- O Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade - ICMBio autoriza o licenciamento ambiental do Porto Guará, no que diz respeito as unidades de conservação federais, conforme ALA nº26/2022 – GABIN – Processo nº02070.011044/2019-85, de 28 de dezembro de 2022.
- A Prefeitura Municipal de Paranaguá emite o Termo de Referência para o Projeto do Porto Guará referente ao Estudo de Impacto da Vizinhança, conforme Processo nº48.457/2022, de 10 de fevereiro de 2023.
- O Instituto de Água e Terra do Estado do PR – IAT-PR emite a Autorização Ambiental nº59819, no dia 24 de novembro de 2023, para resgate de fauna terrestre do empreendimento Linha de Distribuição de Alta Tensão – Porto Guará, conforme processo nº204359660.
- O Instituto de Água e Terra do Estado do PR – IAT-PR emite a Autorização Ambiental nº59820, no dia 24 de novembro de 2023, para monitoramento de fauna terrestre do empreendimento Linha de Distribuição de Alta Tensão – Porto Guará, conforme processo nº204359172.
- A COPEL – Companhia Paranaense de Energia emite o PARECER TÉCNICO – LDAT 138 KV PORTO GUARÁ - referente aos estudos ambientais e documentos da Linha de Distribuição e Alta Tensão– Porto Guará - DIS/DCR/SGD/DGMR/VMAR - Nº 054/2024, em 27/05/2024;
- A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Câmara Técnica do Conselho Municipal de Urbanismo aprova o projeto geométrico para a construção do acesso rodoviário ao Porto Guará – Ofício 013/2024 – CTCMU – Processo Administrativo – 59728/2023, em 10/06/2024;

- A Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT – emite a Declaração de Utilidade Pública - para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas, as quais definem a poligonal de utilidade pública de 1 (uma) rea destinada à implantação do Ramal Ferroviário (EF-A24) - DECISÃO SUFER N 57, DE 18 DE JUNHO DE 2024 – DOU - Publicado em: 04/07/2024 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 181;
- O Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - mantem a concessão de Licença Prévia referente a Avaliao de Impacto ao Patrimnio Arqueológico na área, através do Ofício n 2084/2024/CNA/DAEI-IPHAN, em 17/10/2024;
- A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Câmara Técnica do Conselho Municipal de Urbanismo aprova o Estudo de Impacto da Vizinhaça e considera apta a realização de Audiência Pública, através do Ofício n037/2024 – CTCMU, em 25/10/2024;
- A EPR LITORAL PIONEIRO S.A. (Concessionária) emite a anuência do Projeto referente à implantação de intersecção em desnível na Rodovia Federal BR-277, km 11+350m, para acesso ao terminal logístico a ser implantado, sob sua responsabilidade, na região do Porto de Paranaguá, através do ELP-FAI-241030-0001, em 04/11/2024;
- A Prefeitura Municipal de Paranaguá - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACO, declara para fins de Utilidade Pública de desapropriação, conforme coordenadas descritas, através do Decreto n5.840, de 30/12/2024;
- A Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, informa ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA que não apresenta óbice à continuidade do licenciamento ambiental por parte do Ibama, no que diz respeito ao componente indígena, através do OFÍCIO N 480/2025/DPDS/FUNAI, de 11/03/2025.
- Emissão do Parecer de Interferência Prévia (PIP) n20-17 - Renovação do Parecer Definitivo de Obra n20-004/2021, emitido pela Marinha do Brasil – Capitania dos Portos do Paraná, em 10/06/2025.
- Paranaguá Saneamento – Atualização sobre o fornecimento de água e esgoto para o Porto Guará.
- Emissão da Anuência de Licença IPHAN N 121/2025/CGLic/DAEI-IPHAN, pelo Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, favorável a emissão da Licença Prévia, em 14/07/2025.
- Aprovação do Plano de Trabalho para o detalhamento do CI-PBA  apresentação junto às comunidades indígenas da TI Ilha da Cotinga, através do OFÍCIO N 1503/2025/DPDS/FUNAI, pela FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI, em 16/07/2025.
- Emissão da Licença Ambiental Simplificada – LAS n354423 para Sistemas de Distribuição de Energia – LTDA, pelo Instituto de água e Terra do Governo do Paraná – IAT, através do Processo n20.718.599-0, no dia 25/08/2025.
- Emissão da Licença Prévia (LP) N 714/2025, pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA - NÚMERO DO PROCESSO: 02001.007037/2019-0, em 10/10/2025.

- Aprovação do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação – PGPA - da Instalação Portuária Porto Guará pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através da PORTARIA Nº 93, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.
- Publicação da Licença Prévia (LP) Nº 714/2025, pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA – DOU de 29/10/2025.
- O organismo de inspeção acreditado – LBR, declara a conformidade da inspeção realizada nos projetos da Obra de Interseção (Viaduto) entre a Rodovia BR-277 e a estrada municipal de acesso ao Porto Guará, em 13/11/2025.

As anuências acima já foram obtidas, no entanto, ainda é necessário e fundamental obter a Licença de Instalação, fase posterior ao licenciamento prévio obtido em outubro/2025, processo este que já se encontra em andamento no órgão ambiental, ou seja, a viabilidade do empreendimento já foi atestada, o que nos permite, nesse momento, desenvolver os projetos e estudos detalhadamente, de acordo com as condicionantes elencadas na licença prévia. Nessa fase, o projeto ainda se encontra em fase pré-operacional, devendo concluir mais esta etapa para a mudança de status.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de maio de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** – Propriedades para investimento - premissas utilizadas na determinação do valor de mercado divulgado das propriedades para investimento.

5 Mudança nas políticas contábeis materiais

Entre o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas alterações nas normas que pudessem impactar as seções existentes do CPC PME, ou seja, permanecem inalteradas em relação ao ano anterior.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais, sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um

direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

b. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimento estão demonstradas ao valor de custo, deduzidos de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedades para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado, como receita operacional.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Os valores justos divulgados na nota explicativa 9 são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando  provável que benefícios econmicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obter a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos equipamentos de informática em 2025 e 2024  de 20% ao ano e de Móveis e Utensílios  de 10% ao ano.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Softwares

Compreendem os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econmicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada dos softwares em 2025 e 2024 é de 20% ao ano.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Receita financeira e despesa financeira

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, basicamente, receita de juros com aplicações financeiras e despesa de juros e tarifas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 9.995 (R\$ 8.148 em 2024) decorrente de prejuízos fiscais acumulados, os quais não foram reconhecidos pela ausência de perspectiva provável de lucros tributáveis futuros em montantes suficientes para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações sem valor nominal.

i. Redução a valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos, são avaliados coletivamente quanto à perda de valor, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econmicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados  taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedades para investimento, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

j. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructiv obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii)  provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transa ordenada entre participantes do mercado na data de mensura, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non- performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensura e/ou divulga baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apura dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulga, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresenta das demonstrações financeiras.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	4	7
Aplicações financeiras (i)	667	3.062
Total	671	3.069

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99% do CDI em 2025). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cuja inten da Administra é fazer uso destes recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

9 Propriedades para investimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as propriedades para investimento incluem 1 (um) terreno em Paranaguá/PR, com área de aproximadamente 200 hectares, e que são utilizados para fins de constru, explora e desenvolvimento do projeto portuário da Companhia. A Administra considerou que, pelo fato do projeto estar na fase de pesquisa, ou seja, em fase pré-operacional, os terrenos são mantidos com a finalidade de valoriza de capital até a aprova do projeto e, portanto, encontram-se classificados como propriedades para investimento.

A Companhia optou pelo método de mensura a custo para fins de registros contábeis das propriedades para investimento. Conforme requerido pela se 16.10 do CPC PME, que requer, nestas circunstâncias, a divulga do valor justo das propriedades para investimento, a Companhia em 2025 contratou empresa especializada que emitiu laudo de avalia atestando o seu valor justo de R\$ 20.260 (R\$ 18.930 em 2024).

Avalia para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

As propriedades para investimento tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou indicadores de que as propriedades para investimento poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

10 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025		2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos Informática	22	(5)	17	22
Móveis e Utensílios	18	(5)	13	15
Total	40	(10)	30	37

(ii) Movimentação do custo

Movimentação				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Equipamento Informática	39	-	(17)	22
Móveis e Utensílios	18	-	-	18
Total	57	-	(17)	40

Movimentação				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Equipamento Informática	18	21	-	39
Móveis e Utensílios	18	-	-	18
Total	36	21	-	57

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação			
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Equipamento de Informática	(18)	(4)	17	(5)
Móveis e Utensílios	(3)	(2)	-	(5)
Total	(21)	(6)	17	(10)

Movimentação				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Equipamento de Informática	(17)	(1)	-	(18)
Móveis e Utensílios	(1)	(2)	-	(3)
Total	(18)	(3)	-	(21)

Revisão das vidasteis

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia revisou a estimativa das vidasteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas alterações significativas em relação  vidatil anteriormente utilizada.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, não foi identificada a necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam bens do ativo imobilizado dados  terceiros como garantias.

11 Fornecedores

	2025	2024
Mercado interno	24	44
	24	44

12 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2025	2024
Encargos sociais a recolher	33	28
Provisão de férias	27	23
Salários a pagar	-	46
Total	60	97

13 Obrigações tributárias

	2025	2024
IRRF	59	49
PIS e COFINS	1	1
CSRF	8	10
Total	68	60

14 Partes relacionadas

a. Transações com o pessoal-chave da administração

Em 2025, as despesas incorridas com remuneração dos administradores da Companhia foram de R\$ 1.082 (R\$ 691 em 2024).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pos-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

b. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas relacionadas como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não relacionadas.

c. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos, passivos e de resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Demonstração de resultados - serviços compartilhados (i)	
	2025	2024
Sorrento Administração e Participações S.A.	115	110
Teich Construtora Ltda.	<u>25</u>	<u>23</u>
Total	<u><u>140</u></u>	<u><u>133</u></u>

- (i) Referem-se, substancialmente, o reembolso de despesas às partes relacionadas relativo ao compartilhamento de serviços administrativos, como por exemplo, tecnologia da informação, recursos humanos, financeiro, tributário, contabilidade, jurídico e marketing.

15 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ações de natureza tributária, cível ou trabalhista, que estejam classificadas com risco de perda provável, com base em parecer dos assessores jurídicos da Empresa. Dessa forma, não há provisão constituída. A Companhia também não possui ações que estejam classificadas com risco de perda possível para 2025 e 2024.

16 Patrimnio líquido

Capital social

- a. Em 17 de julho de 2025, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia, mediante integralização, no montante de R\$ 3.000 e com emissão de 3.000.000 (três milhões) de novas ações ordinárias e nominativas, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada ao.

- b. Em 01 de dezembro de 2025, conforme Ata da Assembléia Geral, foi aprovado aumento de capital social da Companhia, mediante integralização, no montante de R\$ 3.000 e com emissão de 3.000.000 (três milhões) de novas ações ordinárias e nominativas, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada ação. Na data-base das demonstrações financeiras, o referido aumento encontra-se integralmente subscrito, porém não integralizado, sendo que a integralização ocorrerá no exercício seguinte. Dessa forma, o montante de R\$ 3.000 está registrado como ‘capital a integralizar’, redutor do patrimônio líquido.”

Desta forma a composição acionária da Companhia o capital social passou de R\$ 37.930, para R\$ 40.930 composto por 41.056.790 ações todas ordinárias, nominativas sem valor nominal totalmente integralizadas pela acionista Guará Fundo de Investimentos em participações em infraestrutura:

Acionista	Participação	Ações	Valor (em R\$)
Guará Fundo de Investimentos em Part.em Infraestrutura	100%	41.056.790	40.930.602

17 Gastos por natureza

	2025	2024
Natureza		
Gerenciamento ambiental (i)	844	1.473
Gerenciamento infraestrutura (ii)	331	903
Serviços de Terceiros (iii)	1.359	1.798
Mão de obra própria (iv)	1.867	1.261
Outros gastos do projeto	157	158
Gastos com publicidade e propaganda (v)	592	516
Impostos e taxas	350	55
Serviços compartilhados	140	134
Outras despesas	27	-
Total	5.667	6.298
Função		
Despesas de pesquisa com projeto	4.859	5.176
Despesas comerciais	592	515
Despesas gerais e administrativas	216	607
Total	5.667	6.298

- (i) Gerenciamento ambiental: compreendem os gastos com elaboração de estudos ambientais, estudos arqueológicos, estudos do componente indígena para cumprimentos das exigências legais para o licenciamento ambiental. Em 2025 obtivemos a Licença Prévia (LP) Nº 714/2025, o que culminou na contratação de novos serviços para a realização das condicionantes ambientais da licença prévia solicitados pelos órgãos federais - IBAMA, FUNAI e IPHAN por meio de parecer específico.
- (ii) Gerenciamento infraestrutura: compreendem os gastos com elaboração de projeto de engenharia portuária; elaboração de estudos de levantamento batimétrico, sísmica rasa e sonografia; estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos acessos rodoviários e ferroviários. Para o exercício de 2025 demos continuidade aos projetos executivos de engenharia para os acessos rodoviários e ferroviários, bem como, para contratação de serviços específicos para a fase de Licença de Instalação.
- (iii) Serviços de terceiros: compreendem os gastos auditoria, assessoria e consultoria jurídica; limpeza, conservação e manutenção, segurança e vigilância. As despesas e contratos do exercício de 2025 seguem os mesmos objetos contratos no exercício anterior, dando continuidade aos trabalhos.
- (iv) Mão de obra própria: compreendem os gastos com a folha de pagamento e encargos dos colaboradores que estão alocados diretamente ao projeto. No exercício de 2025 foi aprovado pelos acionistas o aumento salarial de 25% para a Diretoria e 30% para a Gerência, justificando a variação frente ao ano de 2024.

- (v) Gastos com publicidade e propaganda: compreendem gastos com veiculação em jornal local na cidade de Paranaguá, mdias sociais, site e assessoria de imprensa. No exercício de 2025 o aumento da despesa considerou-se um patroccio para a Prefeitura Municipal de Paranaguá, em uma ação solidária para o Natal.

18 Receita (despesas) financeiras

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	237	245
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3)	(3)
Total	234	242

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantm operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(i) Gerenciamento do risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito era:

	2025	2024
Valor contábil		
Caixa e equivalentes de caixa	671	3.069
Outros créditos	4	73

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	2025	2024
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	671	3.069
Outros créditos	4	73
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	24	44

Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e recebíveis”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa e outros créditos e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente fornecedores e outros débitos da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme seção 11.39 do CPC PME para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

20 Eventos Subsequentes

Em 27 de janeiro de 2026, houve integralização de capital social no montante de R\$ 3.000. O aumento de capital social foi deliberado em ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 1º de dezembro de 2025, prevendo a emissão de 3.000 (três milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

Xênia Karina
Arnt Diretora

Divanira dos Santos Costa
Contador CRC-PR –
054685/02-O